



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Formação profissional.

O ESTÁGIO NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E OS DESAFIOS DO ESTUDANTE TRABALHADOR: A EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO AGRÁRIO TERRA E RAIZ (NATRA)

Raquel Santos Sant'ana¹
Giovana do Prado Machado Rosa²
Maria Estela Belchior³
Vanessa dos Santos Ramos⁴
Daniela Bessoni⁵

Resumo: O artigo apresenta o estágio em serviço social desenvolvido junto ao Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA), um grupo de extensão universitária interdisciplinar que está vinculado à UNESP de Franca. Este atende a uma demanda específica: dos discentes trabalhadores, e tem como objetivo contribuir para que a escola rural passe a contemplar a realidade rural segundo os princípios da educação do campo.

Palavras-chaves: estágio, extensão, escola, movimentos sociais rurais.

Abstract: The article presents the internship in social service developed with the Land and Root Agrarian Nucleus (NATRA), an interdisciplinary university extension group that is linked to the UNESP of Franca. It responds to a specific demand: of the working students, and aims to contribute to the rural school to contemplate rural reality according to the principles of rural education.

Key-words: internship, extension, school, rural social movements.

Introdução

O presente artigo se propôs a pensar a formação profissional no curso de Serviço Social, tendo como objeto de estudo o estágio supervisionado no grupo de extensão comunicativa e popular Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) que atua em assentamentos e acampamentos rurais da região de Franca - SP.

De forma sintética, o artigo se divide em três tópicos articulados de maneira a proporcionar uma reflexão crítica acerca do tema. Inicialmente, é necessário compreender o processo de precarização do ensino, em especial no âmbito da formação

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Câmpus Franca. E-mail: < raquel.santana@unesp.br >.

² Estudante de Graduação. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Câmpus Franca. E-mail: < raquel.santana@unesp.br >.

³ Estudante de Graduação. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Câmpus Franca. E-mail: < raquel.santana@unesp.br >.

⁴ Estudante de Graduação. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Câmpus Franca. E-mail: < raquel.santana@unesp.br >.

⁵ Estudante de Graduação. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Câmpus Franca. E-mail: < raquel.santana@unesp.br >.

em serviço social. O processo de mercantilização da formação superior e o crescimento do ensino a distância tem trazido novos desafios às profissões pois cada vez mais ocorre um processo de deterioração da formação e a dissociação do tripé ensino/pesquisa e extensão universitária.

Tal reflexão implica compreender, em segunda instância, a importância do estágio nesse processo de formação do assistente social. Este, segundo a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), deve se consolidar como espaço formativo que contemple reflexão, sistematização e acompanhamento dos supervisores de campo e acadêmicos, conforme prevê a Política Nacional de Educação (PNE). Defendemos a indissociabilidade das competências teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política para a realização do estágio, de maneira a ultrapassar a mera apreensão do fazer técnico, articulando todas as dimensões profissionais e efetivando a relação teoria e prática.

O estágio em Serviço Social no NATRA envolve quatro estudantes, destas, três alunas trabalhadoras. Frente a esta demanda trazida pelas estudantes trabalhadoras, buscamos compreender, em terceiro lugar, o estágio supervisionado na extensão, a realidade do trabalhador estudante e os desafios que essa condição coloca para a formação profissional em serviço social.

1. Desafios da formação em serviço social no que se refere ao contexto e à precarização da formação

Ao pensarmos a formação superior no Brasil diversos desafios se fazem presentes em decorrência de uma conjuntura de agudização da luta de classes e de maior disputa por parte dos grandes empreendimentos capitalistas sobre os fundos públicos, especialmente aqueles destinados às políticas sociais. Este processo tem rebatimento direto sobre a política de educação superior no Brasil e sobre o serviço social em específico.

A expansão da mercantilização da formação profissional traz a necessidade do debate sobre a política de educação superior no país em tempos de retrocessos e com um governo de ideologia neoliberal e reacionária. A privatização da educação tem como consequência a precarização, comprometendo a qualidade do ensino superior. Para resistir aos avanços neoliberais, a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) tem tido um papel fundamental na luta pelo direito a uma formação crítica e alinhada à perspectiva ético-política definida pela categoria nos últimos 40 anos.

Há também a mobilização dos alunos pelo MESS (Movimento Estudantil de Serviço Social) e a ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social), nos quais os estudantes do país inteiro participam como protagonistas, e têm como o primeiro princípio de ação lutar por uma universidade pública, gratuita e de qualidade, visando ampliar o acesso ao direito à educação.

Um dos pontos fortes do serviço social no Brasil é exatamente o elo entre ABEPSS, ENESSO e os Conselho Federal/ Regionais em defesa da formação de qualidade e da universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada. Isso tem permitido construir um projeto de formação e trabalho profissional numa perspectiva que contrapõe-se aos ideários de uma universidade cada vez mais mercantilizada.

Ocorre que o contexto tem incidido de maneira muito forte sobre o ensino superior, que passa a ser visto como um “negócio educativo”, e não como direito social. De acordo com Iamamoto (2017):

Essas características são potenciadas pela expansão acelerada do ensino superior privado — particularmente no EAD —, com implicações na qualidade acadêmica da formação, no aligeiramento no trato da teoria, na ênfase no treinamento e menos na descoberta científica. A massificação e a perda de qualidade da formação universitária facilitam a submissão dos profissionais às demandas e “normas do mercado”, tendentes a um processo de politização à direita da categoria. (Pág. 32)

Essa precarização do ensino coloca em risco o legado ético-político construído pelo Serviço Social nas últimas décadas; o ambiente de avanço do conservadorismo na sociedade dificulta a formação de profissionais críticos, capazes de compreender a realidade em sua essência e promover a transformação dessa. Daí os desafios das entidades e daqueles que acreditam ser necessário fortalecer o projeto de formação hoje vigente. Discutir o estágio com o papel que ele tem no processo formativo é algo, portanto, fundamental.

2. Proposta do serviço social para formação profissional, com ênfase no estágio supervisionado

As mudanças significativas que ocorreram nos anos de 1990, no âmbito político, econômico e social, trouxeram ao Serviço Social desafios e conquistas. Em 1993, foi aprovado o Código de Ética do Assistente Social, baseado no Código de 1986, que tem como um dos seus princípios a liberdade como valor ético central e a defesa intransigente dos Direitos Humanos.

A trajetória histórica da profissão no Brasil legou uma concepção crítico-dialética hegemônica à formação e ao exercício profissional. Esta concepção, em consonância com as Diretrizes Curriculares do Serviço Social, aprovada pela Associação Brasileira

de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em 1996, incide no entendimento de que o estágio, na formação do assistente social

“é um momento ímpar do processo ensino-aprendizagem, elemento síntese da relação teoria-prática, da articulação entre pesquisa e intervenção profissional, e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas pública e privada” (CEFESS, P.12).

O documento conhecido como Diretrizes Curriculares é expressão de um processo de construção coletiva e que estabelece parâmetros político-pedagógicos para a área de serviço social, em âmbito nacional. A proposta de tais diretrizes aponta para a importância da formação de profissionais que possam apreender de forma teórico-crítica as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo, superando a aparência da realidade, e compreendendo as relações sociais que determinam as contradições que perpassam a sociedade brasileira, na busca de uma transformação societária.

Aprovada em 2009, a Política Nacional de Estágio (PNE) da ABEPSS representa o resultado de uma maturação neste campo, pois consolida, no âmbito da formação profissional, as diretrizes gerais para o estágio, em conformidade com as diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996. A PNE, está conectada e comprometida com o contexto socioeconômico e político contemporâneo⁶, e por isso traçou uma política nacional de estágio na área do Serviço Social, entendendo-a como fundamental para delinear os processos de mediação teórico-prática na formação profissional do assistente social. Esta caminha na direção de construir parâmetros orientadores para a integralização da formação profissional do assistente social, no horizonte do projeto ético-político profissional do Serviço Social.

A ABEPSS, o conjunto CFESS/CRESS e ENESSO, enquanto entidades de formação, exercício profissional e estudantil deve estabelecer um tratamento permanente na defesa do estágio qualificado buscando estratégias para o enfrentamento das questões postas na contemporaneidade (ABRAMIDES, 2003/2004, p.16).

Nesta atividade, o foco principal é a qualificação e o treinamento das competências teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política do discente. Entre os espaços sócio-ocupacionais que os estagiários em serviço social podem atuar, há os grupos de extensão universitária. Isso ocorre visto que a extensão faz parte de um processo educativo, cultural e científico que caminha junto com o ensino e a pesquisa,

¹Atualmente, o que se nota é o desmonte das Políticas Sociais, devido à ofensiva neoliberal. Os direitos sociais são minimizados, o Estado investe o mínimo em Políticas Públicas, transferindo tal responsabilidade à sociedade civil. É no contexto das mudanças ocorridas nas relações sociais, que o Serviço Social tem a tarefa de decifrar as novas demandas da realidade, trazendo desde seu processo de formação a perspectiva crítico-dialética.

viabilizando a relação entre universidade e sociedade. Este processo faz com que o estagiário torne palpável a teoria e a prática, fazendo a junção dos saberes acadêmico e popular.

3. Estágio no Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA)

3.1 Apresentação do grupo e seus projetos

O Núcleo Agrário Terra e Raiz, atualmente desenvolve dois projetos de extensão. As atividades previstas fazem parte do projeto financiado pela PROEX, intitulado “Difusão de Conhecimentos Científicos e Educação Popular e do Campo Inseridas na Escola e na Comunidade com a Perspectiva Agroecológica” e tem como proposta fortalecer e ampliar o debate sobre a questão agrária e ambiental, fazendo uma conexão entre campo e cidade, movimentos sociais e universidade, de maneira a viabilizar a construção e difusão de saberes e vivências agroecológicas dentro da Universidade, na escola rural e no assentamento 17 de Abril, em Restinga/Sp, na região de Franca e Ribeirão Preto/SP.

Este projeto se desenvolve a partir de dois subgrupos: Coletivo de Educação e Coletivo de Produção. O coletivo de educação atua junto às crianças da escola Leonor Mendes de Barros, situada no assentamento 17 de abril, por meio de oficinas semanais pautadas no princípio de educação popular de Paulo Freire, com temas relacionados a agroecologia, identidade e movimentos sociais. Está previsto para o ano de 2019, um curso de formação para o corpo pedagógico da escola, comunidade e extensionistas, com o objetivo de fortalecer o debate sobre educação do campo, tendo como horizonte uma possível transição da escola rural, para uma educação mais voltada para a realidade dos educandos. O coletivo de produção se desenvolve a partir de atividades teórico-práticas, promovendo o Espaço Agroecológico quinzenalmente no câmpus da Unesp-Franca, onde são disponibilizados os produtos da reforma agrária a preço de custo, concomitante a rodas de conversa que buscam fomentar o debate sobre segurança alimentar e nutricional junto à comunidade acadêmica. No ano de 2019, o grupo está produzindo um documentário sobre um dos líderes do assentamento, em parceria com o grupo Questão Agrária em Debate da UFRJ.

3.2 Descrição do processo de estágio

O estágio no grupo de extensão é estabelecido pelo projeto pedagógico do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais e segue toda a legislação existente para o estágio em serviço social (Política Nacional de Estágio

(PNE) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, a resolução 533 do Conselho federal de Serviço social- CFSS e, as legislações do MEC).

O coletivo de educação, a partir de sua atuação semanal na escola do assentamento, Leonor Mendes de Barros – ligada à escola urbana Lázaro Cassimiro de Lima, situada na cidade de Restinga - constatou ações autoritárias que perpassam as práticas pedagógicas das professoras, com destaque para a visão urbanocêntrica das mesmas. A proposta inicial do estágio, nesse contexto, era promover uma atuação mais direta com a comunidade, através de visitas domiciliares, com intuito de mobilização desta, e de promover uma interlocução com os pais e responsáveis dos educandos. O objetivo era repensar tal processo educativo e combater as práticas autoritárias, promovendo uma educação emancipatória vinculada à vida e ao trabalho no campo, de maneira a contribuir para articular a luta pela terra, território, reforma agrária, direito ao trabalho e soberania alimentar.

Considerando as dificuldades de mobilização da comunidade, o coletivo estabeleceu como estratégia uma articulação com membros da comunidade que se destacam como liderança no assentamento 17 de abril, entre eles uma vereadora que reside no assentamento desde o início. A vereadora manifestou o desejo de que a escola pudesse de fato estar alinhada a um projeto de educação do campo e passou a contribuir para a efetivação da proposta. Ela viabilizou uma interlocução entre Prefeitura, comunidade e escola, para implementar a educação do campo na escola Leonor Mendes de Barros.

Quando dizemos Por Uma Educação do Campo, estamos afirmando a necessidade de duas lutas combinadas: pela ampliação do direito à educação e à escolarização no campo; e pela construção de uma escola política e pedagogicamente vinculada à história, à cultura e às causas sociais e humanas dos sujeitos do campo, e não um mero apêndice da escola pensada na cidade: uma escola enraizada também na práxis da Educação Popular e da Pedagogia do Oprimido (KOLLING; CEROLI & CALDART, 2002, p. 13)

Para que esse processo se efetive, se torna necessária uma formação do corpo pedagógico da escola, para uma maior compreensão acerca dessa realidade, adequando suas práticas educacionais, para que estas se relacionem com o território rural e cultural das crianças e da comunidade assentada.

A partir de então, o núcleo de estágio inicia suas ações com vistas a construir um diálogo com os responsáveis institucionais da escola sobre o currículo escolar, o qual atualmente é voltado para os alunos dos centros urbanos, inclusive com os seus conteúdos que tratam de temáticas referentes a esse meio. Para efetivar essa ação, a equipe de estagiárias é amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9394/96, que garante a adequação do currículo aos reais interesses dos educandos, nos seguintes termos:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I – Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. (Art. 28)

A proposta é que a concepção e a política de formação de professores do campo possam ir se construindo em consonância com a concretização da educação do campo. Para promover uma possível transição da escola Leonor Mendes de Barros, para uma educação do campo, a primeira ação é efetivar essa formação destinada ao corpo pedagógico da escola, extensionistas e comunidade assentada, que vai se dar a partir de um curso de difusão de conhecimento, ministrado ao longo do segundo semestre do ano de 2019. Para tal fim, a equipe começou a se aprofundar na temática, através de leituras acerca da pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e artigos do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo – GEPEC, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Foi construída conjuntamente com esta preparação teórica, uma parceria com o curso de Licenciatura do Campo, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), o qual tem auxiliado o grupo acerca da execução prática e a grade curricular do projeto de educação do campo. Tem-se como assessora do projeto, uma assistente social que conduz o debate étnico-racial, além da orientação sistemática da própria supervisora que é docente no curso de serviço social da universidade à qual o grupo está vinculado. O objetivo é que os profissionais do campo possam reconhecer os saberes do trabalho, da terra, as experiências e ações coletivas sociais e legitimar esses saberes como componentes teóricos dos currículos.

Busca-se a conformação de uma concepção de educação que incorpore a pluralidade de dimensões e funções formadoras, dando ênfase às didáticas não apenas escolares, de ensino, mas às estratégias e didáticas para a direção e consolidação da Reforma Agrária e dos movimentos sociais. Essa defesa de uma formação mais plural encontra justificativa na função política esperada da escola do campo. “Ela deve ser espaço em que sejam incorporados os saberes da terra, do trabalho e da agricultura camponesa” (CALDART, p.365, 2012), abarcando uma visão de totalidade acerca dos saberes do campo.

3.3 Desafios do aluno trabalhador

O estágio supervisionado é o primeiro momento de aproximação do discente com a realidade profissional, o qual proporciona ao estagiário a oportunidade de

vivenciar a práxis, fazendo uma mediação entre teoria e prática. Contudo, encontramos muitos desafios para efetivação do processo de estágio supervisionado que atenda às legislações e que esteja em consonância com o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, com destaque aos alunos inseridos no mercado de trabalho.

A inserção do aluno trabalhador na universidade demonstra a ampliação de acesso à educação, entretanto é importante ressaltar que este acesso nem sempre tem garantido a permanência desse estudante nas universidades, o qual se depara com entraves para continuidade nos cursos de graduação, principalmente por falta de políticas estudantis de permanência.

Neste cenário, os projetos de extensão se constituem como campos de estágio curricular obrigatório e supervisionado, propiciando a vivência do processo de estágio e de extensão, pois esta possibilita uma maior aproximação com a comunidade e proporciona a vivência de experiências e conhecimentos multidisciplinares, na medida em que muitos projetos são compostos por diversas áreas do saber, oportunizando horários alternativos e mais flexíveis para o cumprimento do processo de estágio supervisionado.

O trabalho e a educação são atividades que deveriam acontecer simultaneamente, mas no contexto capitalista, permeado pela extração de mais-valia, ocorre o crescimento da força de trabalho excedente em favor dos interesses do capital, excluindo, através de extensas jornadas de trabalho, as possibilidades de inserção destes trabalhadores no processo educativo.

O trabalho, enquanto categoria fundante do ser social, junto à educação, sua categoria derivativa, pode promover mudanças consideráveis na realidade social do modo de produção contemporâneo, não sob a perspectiva economicista que prioriza uma educação alienada e submissa aos ditames capitalistas, mas no interior de uma práxis emancipatória que transcenda a lógica do capital. (ALVES; PUZIOL, 2010, p. 11).

Porém, diante do contexto em que vivemos, necessitamos sobreviver à ofensiva do capital, e, muitas vezes, conciliar trabalho e educação. Nesse caso específico, trabalho, graduação e estágio supervisionado se tornam uma realidade quase inexequível.

O que fica evidente é que mesmo com todas as dificuldades encontradas pelas estagiárias trabalhadoras durante a graduação - e a viabilização do estágio é uma dessas dificuldades - elas reconhecem a relevância do mesmo para formação, e tentam, de alguma forma, equilibrar as tarefas laborativas com o processo de estágio. Contudo, os estudos teóricos necessários para a compreensão das disciplinas, acabam sendo direcionados para o cumprimento de provas e trabalhos, pela falta de tempo,

comprometendo a formação integral das discentes. Na sociedade contemporânea, trabalhar e estudar é uma tarefa difícil e contraditória.

A extensão Núcleo Agrário Terra e Raiz, contempla em seu grupo de estagiárias três alunas trabalhadoras, que, para realizar as atividades inerentes ao estágio, se reúnem em horários alternativos. Durante a semana - segundas, quartas e sextas-feiras - se encontram das 18h20 às 19h20, e sábado e domingo, de acordo com a demanda das atividades. Considerando a necessidade de formação teórica e construção do curso de educação do campo para a formação dos envolvidos no processo educativo na escola, cada estagiária, de acordo com sua disponibilidade, estabelece seu horário de estudo coletivo e individual.

Apesar de todos os desafios, receber os trabalhadores na universidade evidencia uma conquista para classe trabalhadora. Com o intuito de superar as dificuldades impostas, precisamos caminhar na direção da defesa de uma educação gratuita e com qualidade, que possa atender a todos, inclusive aos estudantes trabalhadores, permitindo a emancipação destes enquanto classe, e viabilizando um processo de transformação social.

Considerações Finais

Este artigo trouxe os desafios do processo de estágio frente à precarização da formação em serviço social na atual conjuntura de mercantilização do ensino superior. O avanço do neoliberalismo, além de impactar a política de educação, no mundo do trabalho estabelece jornadas exaustivas, fazendo com que o aluno trabalhador - que precisa conciliar trabalho, educação e estágio supervisionado - tenha uma sobrecarga de atividades e pouca flexibilidade de horários. Esta realidade atinge um grande contingente de estudantes trabalhadores e exige que os cursos de serviço social construam alternativas de maneira a viabilizar a formação de qualidade e o estágio conforme previsto pelas normativas da profissão.

Daí a importância e necessidade de estágios de serviço social na extensão universitária, em especial em projetos de extensão comunicativa e popular, como o Núcleo Agrário Terra e Raiz. Exatamente aquele estudante que tem menos possibilidade de efetivar o tripé da universidade que inclui ensino, pesquisa e extensão, pela via do estágio pode qualificar sua formação e dar a ela maior densidade.

O estágio no Natra tem permitido trabalhar com integrantes dos movimentos sociais, conhecer sua pedagogia, suas concepções e interagir diretamente com comunidades que compõem territórios de resistência como é o caso dos assentamentos de reforma agrária; permite também o desenvolvimento de habilidades do trabalho com comunidades, do trabalho em equipe e a possibilidade de conhecer o serviço social

escolar. Uma experiência importante que, se desenvolvida com maior amplitude, pode impactar positivamente a formação em serviço social, como tem ocorrido com as quatro estagiárias e professora envolvidas na experiência aqui relatada.

Referências

- ABESS. **Proposta Básica para o Projeto de formação profissional**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 50, ano XVII, abr.1996.
- ABESS. **Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social**. Caderno AABESS, n. 8, São Paulo, Cortez, nov. 1999.
- BELCHIOR, Maria. BESSONI, Daniela. RAMOS, Vanessa. ROSA, Giovana. SANT'ANA, Raquel. **Plano de estágio em serviço social**. Unesp Franca, 2019.
- CALDART, Rosei Salete. **Dicionário de educação do campo**. São Paulo: expressão popular, 2012.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem-terra**, 3.ed. São Paulo: expressão popular, 2004.
- CARDOSO, Franci Gomes. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social: tendências quanto à concepção e organização dos conteúdos na implementação das diretrizes curriculares**. Temporalis, Brasília, DF, Ano VII, n.14, p. 28-39, 2007.
- CASTRO, Ana Flavia. **Formação profissional em serviço social: estágio supervisionado e a realidade do trabalhador estudante**. 2015.
- Conselho Federal do Serviço Social - CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social e Lei nº 8.662/93 que regulamenta a profissão de Serviço Social**. Brasília, 1993.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Editora Paz e Terra, 1983.
- GUERRA, Y. **A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e à distância**. Serviço Social & Sociedade. n. 104. Ano XXX. São Paulo: Cortez. Novembro, 2010.
- Haanwinckel, Barbara. **Pensando o serviço social na extensão universitária: uma experiência em curso na divisão de integração universidade comunidade**. 2016. Disponível em: <<https://www.eventsystem.com.br/admin/arquivos/7cbeu/submissoes/anais/67f00d9f8776a57c47b7b24bd74ff957.pdf>>. Acesso em: junho 2019.
- IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios Críticos. São Paulo, Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2007.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista ; MACIEL, Ana Lucia Suarez; REIDEL, Maciel. **A formação em serviço social no brasil: contexto, conformação e produção de conhecimento na última década.** Brasília (DF). Editora: Temporalis. 2013.

MOTA, Ana E. et al. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional.** 4ª ed. São Paulo.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social.** 1999

Sant'Ana, R. S., Carmo, O.A. A Trajetória do Núcleo Agrário Terra e Raiz de Franca/SP: a extensão universitária comprometida com as lutas populares e os movimentos sociais. In: Márcio R. O. Pozzer, **Cultura e extensão universitária: perspectivas de institucionalização de uma política pública.** São João Del-Rei / MG, Malta Editores Ltda, 2012.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo: Propostas e Práticas Pedagógicas do MST.** Petrópolis: Vozes, 2006.